



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Liliana Patrícia Oliveira Martins Mota

**Estrutura e funcionamento familiar e  
risco de mau trato de crianças em  
famílias em desvantagem económica**



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Liliana Patrícia Oliveira Martins Mota

**Estrutura e funcionamento familiar e  
risco de mau trato de crianças em  
famílias em desvantagem económica**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado Integrado em Psicologia  
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Paula Cristina Martins**

Outubro 2012

**DECLARAÇÃO  
RELATIVA AO DEPÓSITO DA DISSERTAÇÃO NO REPOSITORIUM**

**Nome:** Liliana Patrícia Oliveira Martins Mota

**Endereço Electrónico:** a52975@alunos.uminho.pt

**Título da Dissertação de Mestrado:**

Estrutura e funcionamento familiar e risco de mau trato de crianças em famílias em desvantagem económica

**Orientadora:**

Professora Doutora Paula Cristina Martins

**Ano de conclusão:** 2012

**Designação do Mestrado:**

Mestrado Integrado em Psicologia - Área de Especialização em Psicologia da Justiça.

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.**

Universidade do Minho, \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

A execução desta dissertação representa não só o culminar de todo o meu percurso académico, como a realização de um objetivo pessoal. Esta foi possível graças ao contributo de um amplo conjunto de pessoas que, de forma direta ou indireta, me ajudaram a ultrapassar as dificuldades que foram surgindo.

Em primeiro lugar, queria agradecer à Professora Doutora Paula Cristina Martins pela disponibilidade, compreensão, orientação prestada. A minha sincera gratidão por todas as palavras de apoio e incentivos que contribuíram para reduzir todas as incertezas ao longo deste processo.

Agradeço também aos colegas com quem partilhei este projeto: Cláudia e Frederico. Bem como à Dra. Cristina Vieira que nos acompanhou de perto, auxiliando sempre que necessário e a todos os técnicos e famílias envolvidas neste trabalho.

Deixo também um obrigado aos meus amigos mais próximos que acreditaram em mim e me acompanharam nesta jornada, transmitindo-me continuamente palavras de incentivo, força e motivação.

Um agradecimento especial à minha família, principalmente ao meu pai, que sempre confiou em mim, dando apoio e carinho ao longo deste meu percurso.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao Nuno que esteve sempre ao meu lado, oferecendo-me todo o seu apoio e paciência, desempenhando um papel fundamental neste percurso.

## **Resumo**

Este estudo pretende compreender de que forma o nível de risco de mau trato em crianças de famílias pobres pode ser mediado pelas dinâmicas familiares (funcionamento/estrutura) dessas mesmas famílias, percebendo o papel desempenhado pelas dimensões coesão e hierarquia familiar.

Recorreu-se a uma amostra de 48 famílias beneficiárias de RSI, com filhos com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos. Metade dessa amostra tinha filhos com processo de promoção e proteção com medida judicialmente aplicada. Os instrumentos utilizados foram o AAPI e o FAST.

Apesar da existência de processo de promoção e proteção apenas em metade da amostra, os resultados revelaram não existir diferenças evidentes entre os dois grupos, nomeadamente no que respeita ao nível de risco. Os resultados sugeriram ainda que estas famílias tendem a identificar a sua estrutura familiar típica próxima da ideal, pelo que revelam pouca flexibilidade na estrutura familiar, principalmente os progenitores.

**Palavras-chave:** Pobreza, Risco, Coesão Familiar, Hierarquia Familiar

## **Abstract**

This is a study with the purposes to analyze the risk level of aggregate economic disadvantage families, their family structures, and understanding the functions of cohesion and hierarchy in these families.

We researched 48 families, who benefit from an economic support (RSI), and have children between the ages of 8 and 12 years old. Half of these families have children in a protection process in court. The instruments used were the AAPI and FAST.

As regards to the results, only half of the families revealed that there didn't exist a difference between the two groups, especially at a risk level. The results showed also that these families try to identify their family structure as almost perfect, which shows little flexibility in their family structure, specially the progenitors.

**Keywords:** Poverty, Risk, Family Cohesion, Family Hierarchy

## Índice

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Índice	V I
Introdução	7
<b>Parte I: Enquadramento Teórico</b>	9
<b>Capítulo 1 - A pobreza como fator de risco</b>	9
1.1 Pobreza e risco de mau trato – intergeracionalidade	13
1.2 Crianças resilientes em situação de pobreza	14
<b>Capítulo 2 - Importância da família para as crianças e jovens</b>	16
2.1 Mediação do risco pela estrutura familiar	18
2.2 Dimensão Coesão familiar	20
2.3 Dimensão Hierarquia familiar	21
<b>Parte II: Metodologia</b>	23
Objetivos	23
Hipóteses de Investigação	24
Amostra	25
Instrumentos	27
Procedimento e tratamento de dados	27
<b>Parte III: Apresentação dos resultados</b>	29
<b>Parte IV: Discussão dos Resultados</b>	40
<b>Parte V: Conclusão</b>	43
Referências Bibliográficas	44

## **Introdução:**

Com enfoque nas famílias, com crianças e jovens, em situação de pobreza, o presente estudo centra-se em questões relativas à avaliação do nível de risco e da estrutura familiar, nas dimensões mais específicas respeitantes à hierarquia e coesão. Por outras palavras, o presente estudo tem como objetivo compreender de que forma o nível de risco de mau trato, relacionado na literatura relativa ao indicador/fator de pobreza, pode ser mediado pelo funcionamento e a estrutura dessas mesmas famílias, com especial destaque no papel desempenhado pela coesão e hierarquia familiar.

De facto, as estatísticas nacionais e internacionais demonstram que a pobreza continua a ser um problema atual, ganhando especial destaque numa conjuntura política, económica e social de instabilidade, a nível mundial, e incerteza. No relatório da *Eurostat* de 2010, relativo à pobreza, às desigualdades e à privação material, Portugal é apresentado como um dos países da União Europeia com uma maior assimetria na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares.

Neste relatório são ainda fornecidos dados relativos às crianças que, em 2008, constituíam o grupo etário com maior risco de pobreza. Mais especificamente, e apesar de ser referido que entre 2003 e 2008, se deu uma melhoria da situação em termos de risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes, face aos agregados com crianças dependentes, no ano de 2008, os dados apontam para um aumento do risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes, com um valor de 14,9% e de 20,6% para famílias com crianças dependentes. Em 2009, observou-se que a taxa de privação material afetava 21,4% da população residente em Portugal e que as famílias compostas por um adulto e uma ou mais crianças dependentes e as famílias com dois adultos e pelo menos três crianças dependentes registavam as taxas de privação material mais elevadas, 46,8% e 47,5%, respetivamente (*Eurostat*, 2010)

Também a questão da transmissão intergeracional da pobreza foi analisada neste relatório da *Eurostat*, sendo que o risco de pobreza era menor, de 12,0%, para os indivíduos que registavam mobilidade social e escolar ascendente.

No que concerne à literatura geral, a pobreza desde sempre se constituiu como um fator de risco para os indivíduos (Feerick, Bristol, Power & Bynum, 2002), sendo particularmente visível no que respeita aos níveis de *stress* parental (Kuruvilla & Jacob, 2007). De facto, o *stress* associado à situação de pobreza é um fator que dificulta e complexifica o exercício da parentalidade (Bennet & Grimeley, 2001), sendo este o motivo que nos leva a entender a estrutura e o funcionamento familiar como importantes variáveis a avaliar junto das famílias que constituem a amostra do presente estudo.



Este trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo é abordada a pobreza como fator de risco, no qual são definidos os conceitos de pobreza e de risco, mediante a revisão de vários estudos que demonstram a associação entre estas duas variáveis. É ainda revista a literatura relativa à questão da intergeracionalidade do risco de mau trato, sendo expostas conclusões de diversos estudos, seguida do capítulo focado nas crianças resilientes em situação de pobreza, definindo-se o conceito de forma a explicar os casos de pobreza em que não existem situações de risco para as crianças.

O capítulo dois aborda a importância da família para as crianças e jovens. Inicialmente é feita uma discussão teórica em torno da influência que a família tem no desenvolvimento das crianças e jovens, bem como no que respeita ao envolvimento dessas crianças e jovens em situações de risco. São ainda apresentadas conclusões de vários estudos relativos à forma como o risco pode ser mediado pela estrutura familiar. E são ainda definidos os conceitos de Coesão e Hierarquia e explicada a importância que cada um deles pode ter no seio das famílias.

Por último é apresentado o estudo empírico realizado com famílias em desvantagem económica, residentes nas áreas do Porto e de Vila Nova de Gaia. Primeiramente é descrita a metodologia utilizada, nomeadamente os objetivos, hipóteses, amostra e procedimento, seguida da apresentação dos resultados obtidos e discussão dos mesmos.

## Parte I: Enquadramento Teórico

### Capítulo 1 - A pobreza como fator de risco

O conceito de risco é relativamente recente e, segundo alguns autores, surgiu nos séculos XVI e XVII, em pleno contexto dos descobrimentos (Sapienza & Pedromônico, 2005). Mais tarde esta noção foi adotada pela área das finanças, sendo acrescentada a dimensão temporal à dimensão espacial estruturante da incerteza e da probabilidade, já existente (Martins, 2004).

O termo risco foi associado aos estudos sobre desenvolvimento humano apenas a partir de 1980, com a publicação de diversas investigações (Horowitz, 1992). Nessa altura, procurava-se organizar intervenções voltadas para a redução dos problemas de comportamento em crianças e jovens. Para isso, os estudos procuravam definir e identificar os fatores de risco, a fim de avaliar a sua influência no desenvolvimento (Martins, 2004).

Segundo Reppold et al. (2002), os fatores de risco correspondem a condições associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis. Para Garnezy (1996), os fatores de risco são as condições que, se presentes, aumentam a probabilidade de a criança desenvolver desordens emocionais e/ou comportamentais. Estes fatores podem incluir atributos biológicos e genéticos da criança e/ou da família, bem como fatores da comunidade que influenciam o ambiente da criança e da respetiva família e podem ser aspetos interativos, dinâmicos e transacionais presentes na relação de uma criança ou jovem com o seu meio envolvente num dado período da sua vida. É, no entanto, importante destacar que os fatores de risco por si só não constituem uma causa específica, mas indicam um processo complexo que pode justificar, por exemplo, o aparecimento de uma psicopatologia na criança. (Maia & Williams, 2005).

A investigação tem mostrado consistentemente que a pobreza e as dificuldades económicas têm um efeito destrutivo sobre comportamentos parentais (Raikes & Thompson, 2005), bem como consequências negativas para as crianças e jovens (Bäckman, Olof & Nilsson, 2007). Segundo os diferentes autores a pobreza é um fator de risco para os maus tratos uma vez que esta congrega normalmente várias componentes/*stressores* adicionais que podem afetar negativamente crianças e jovens, nomeadamente a pressão económica, conflitos familiares, (Wadsworth & Compas, 2002), exposição à violência e vivência de experiências traumáticas (Simons et al., 2002). (Evans & English, 2002).

Simultaneamente, e sendo este fator fonte de stress, é impreterível assinalar que o *stress* se encontra associado a sintomas de depressão, ansiedade, hostilidade e agressão entre as crianças pobres (Evans & English, 2002) e adolescentes (et al., 2004), bem como os pais (Kazdin & Whitley, 2003).

Além disso, a pobreza destaca-se porque inclui um ambiente de *stress*, que gera e é gerado por problemas situacionais que, por sua vez, comprometem o desenvolvimento (Maia & Williams, 2005). A maioria dos modelos sugere que a pobreza é especialmente *stressante* para crianças a partir dos 6 anos, funcionando como um mecanismo potencial de efeito pernicioso para o desenvolvimento das mesmas (Wadsworth, et al., 2008). Para além das questões do desenvolvimento, também os problemas de comportamento das crianças estão relacionados com o *stress* e as dificuldades económicas (Conger et al., 1993, Hetherington, 1991).

No que se refere às dificuldades económicas, de fato. Pinderhughes et al. (2000) referem que estas têm sido associados com uma série de resultados negativos para as crianças, incluindo a paternidade punitiva e, conseqüentemente, os maus tratos à criança.

Investigações anteriores sobre a pobreza e a parentalidade sugerem a existência de ligações entre o *stress* parental e o nível de risco para as crianças têm sido estabelecidas (Crnic & Low, 2002), partindo muitas vezes da hipótese de que são os comportamentos parentais a mediar esta relação (Crnic, Gaze & Hoffman, 2005). De fato, a investigação mostra que a pobreza pode influenciar as capacidades de resposta dos progenitores devido ao *stress* associado a esta condição, pois, as dificuldades económicas expõe os progenitores a *stressores* adicionais que prejudicam a sua capacidade de usar estratégias disciplinares indutivas e que resultam em maior dependência da disciplina punitiva (Pinderhughes et al., 2000).

A pobreza e a vulnerabilidade estão intrinsecamente interligadas e reforçam-se mutuamente. Determinados indivíduos e grupos têm uma exposição superior ao risco, em virtude de diversos fatores sociodemográficos, nomeadamente a sua situação económica. Esta vulnerabilidade associada ao impacto da pobreza é mais acentuada em crianças e jovens, devido ao facto de estarem ainda em situação de desenvolvimento e serem dependentes dos adultos (Thomas, 2005). Assim, a situação de pobreza é descrita como um dos fatores de risco para o desenvolvimento de crianças e jovens em geral, podendo tornar o processo mais lento ou mesmo inibi-lo (Cecconello & Koller, 2000).

A perspetiva ecológica de Bronfenbrenner considera o desenvolvimento como um fenómeno dinâmico de interações entre o homem e o ambiente que o rodeia. Nesta perspetiva, várias investigações referem aspetos do meio ambiente que devem ser considerados para compreender os processos de adaptação dos indivíduos durante o seu percurso de vida (Mayer & Koller, 2001).

Esta variável é por várias vezes definida tendo em conta apenas o rendimento económico, considerando que o indivíduo se encontra em situação de pobreza quando os seus rendimentos estão abaixo do rendimento médio da sociedade (McLoyd, 1998). Mas, para definir pobreza, é também necessário ter em conta o contexto (tempo e local) em que

esta se integra (Teixeira, 2008). De facto, a participação plena do indivíduo na vida social, económica, cultural e política da comunidade em que se insere é afetada quando este se encontra em situação de pobreza, privando-o assim deste seu direito básico (Alves, 2009). Porém, as últimas décadas têm testemunhado um aumento da sofisticação e complexidade com que os investigadores definem a pobreza, especialmente em estudos sobre o desenvolvimento da criança (Aber, Jones & Raver, 2007). Assim, estar em situação de pobreza vai para além da privação material (Thomas, 2005), já que o conceito de pobreza não consiste num fenómeno unilateral nem é assumido como sendo sinónimo de um estatuto socioeconómico baixo, apresentando-se mais complexo do que se assume à partida (Teixeira, 2008). Além disto, enquanto nos anos 60 e 70 a investigação concetualizava a desvantagem económica como um fenómeno estático, estudos posteriores enfatizaram a dimensão dinâmica da pobreza (McLoyd, 1998), oferecendo desta forma, um retrato mais complexo desta condição e das suas consequências, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento da criança, considerando as experiências das crianças ao longo de um *continuum* de risco e resiliência.

Vários autores mostram que existe uma maior probabilidade de problemas de desenvolvimento e de saúde, nomeadamente de nascimento prematuro e baixo peso baixo à nascença em crianças nascidas em famílias pobres (eg. Bradshaw, 2004). Outros autores demonstraram que as crianças de baixo peso, que crescem na pobreza, têm oscilações ao nível da saúde e do desenvolvimento ao longo da infância (Bradley, Corwyn, Mcadoo, & Coll, 2001). Por sua vez, os bebés prematuros e de baixo peso têm maior risco de ter problemas de desenvolvimento psicológico e intelectual. Também as taxas de acidentes (eg. Bradshaw, 2004) e de mortalidade infantil (Aber et al., 1997) são maiores entre as crianças que vivem em famílias pobres.

Outros estudos mostram também que a pobreza contribui para o desenvolvimento de psicopatologia tanto em crianças como em adultos (Wadsworth & Achenbach, 2005). Assim, aqueles que crescem em famílias mais pobres têm mais probabilidade de sofrer de saúde física e mental (Bradshaw, 2004). Além das questões de saúde, os jovens que crescem em famílias carenciadas são mais propensos a envolver-se em comportamentos problemáticos e de risco, nomeadamente abuso de drogas (Duncan, Duncan & Strycker, 2002), problemas legais (Farrington & Loeber, 2000), abandono e insucesso escolar (Harding, 2003), comportamentos agressivos, (Chase-Lansdale, Kiernan & Friedman, 2004) e suicidas (Exeter & Boyle, 2007).

Em suma, o fenómeno de pobreza é entendido como sendo complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual os sujeitos não conseguem dar uma resposta adequada às suas necessidades (Rocha, 2003). Desta forma, e estando os pobres excluídos da sociedade de consumo, a pobreza não é apenas no sentido de privação

material, mas também de privação simbólica (Borges, 2009). Estas privações provocadas pela pobreza, no ambiente da criança, podem influenciar a sua motivação e iniciativa, bem como, comprometer um bom desempenho escolar (Emde, 1994; Fischer, 1993; Huston, McLoyd e Coll, 1994; Hutz e Koller, 1997, *cit in* Mayer & Koller, 2001; Hopson e Lee, 2011). Também a taxa de abandono escolar entre os alunos em situação de pobreza é dez vezes superior à dos outros estudantes (Cataldi, Laird & Kewal Ramani, 2009). Estes resultados corroboram o estudo de Harding (2003) que conclui que as crianças em situação de pobreza têm resultados escolares menos positivos, reprovando com maior frequência e apresentando maior probabilidade de abandonar a escola. Os resultados negativos ao nível do comportamento e dos resultados académicos associados à pobreza são provavelmente devido às múltiplas pressões que resultam de uma falta de recursos por parte destas famílias (Crosnoe & Cooper, 2010).

Uma quantidade considerável de estudos tem descrito a coocorrência de pobreza e de múltiplos fatores de risco familiares, como eventos negativos de vida e exposição à violência, (Aber, Jones & Raver, 2007). Desta forma, para compreender quais os mecanismos da pobreza que conduzem a estes resultados negativos para as crianças, é necessário optar-se por uma abordagem focada em aspetos como os défices, as experiências adversas das crianças e jovens, as práticas parentais e os meios comunitários limitados aos quais conseguem aceder (Fergus & Zimmerman (2005). Para Teixeira (2008), a identificação e o estudo dos fatores de risco de maus-tratos podem auxiliar na resolução deste problema.

Além de afetar o desenvolvimento e o funcionamento individual, as condições de pobreza contribuem para o aumento do risco de abuso (Aber et al., 1997). As crianças pobres experimentam assim risco acrescido de serem submetidas a uma maior agressividade e abuso físico ou negligência por parte dos progenitores (Damashek, Williams, Sher, Peterson, Lewis & Schweindle, 2005).

De facto, a negligência infantil é, não só a forma mais comum de maus tratos a crianças, como é mais fortemente associada a famílias pobres, comparativamente com outros tipos de maus-tratos (Damashek et al., 2005). Jones e McCurdy (1992) analisaram os fatores que distinguem negligência física de outras formas de maus tratos e descobriram que crianças de famílias pobres tinham maior probabilidade de ser negligenciadas do que crianças de famílias com rendimentos mais elevados.

A pobreza é também, juntamente com a história, a personalidade e as competências dos progenitores, um dos fatores de risco que, segundo Barnett (1997) estão associados à ocorrência de abuso infantil crónico e negligência. A negligência infantil tem também sido associada com as famílias monoparentais, embora um estudo de Dubowitz et al. (2000) tenha relatado que não existe nenhuma associação entre a ausência do pai e negligência.

Já em 1987, Wilson e Daly realizaram um estudo, concluindo que a pobreza e a monoparentalidade predisseram mais fortemente a negligência do que o abuso, ao passo que os agregados pobres em que os progenitores se mantêm juntos, se correlacionaram mais fortemente com o abuso.

Para além da pobreza, um estudo realizado com jovens canadianas identificou como fatores de risco para o abuso, o temperamento difícil da criança, o desenvolvimento cognitivo, o *stress* materno, a interação negativa, o baixo vínculo familiar, e a presença de transtornos familiares (Pires & Miyazaki, 2005).

Posto isto, e como referem Bright & Jonson-Reid (2008), a probabilidade de existir um processo de promoção e proteção no Tribunal é mais alta em famílias nas quais existe a combinação entre pobreza e fatores de risco de maus-tratos, em comparação com as situações em que os maus-tratos ocorrem em famílias que não se encontram em condição de pobreza.

### **1.1 A pobreza e o risco de mau-trato - intergeracionalidade**

As experiências de mau-trato podem constituir um processo de efeitos negativos consecutivos (Rutter, 2000). Esta perspetiva de desvantagem cumulativa defende então que os efeitos dos fatores de risco se acumulam ao longo da vida (eg. Diprete & Eirich 2006). De facto, o bem-estar no início da idade adulta depende do grau de exposição a fatores de risco na infância, incluindo uso de drogas ou de álcool pelos progenitores, conflitos entre progenitores, abuso físico, negligência, problemas de saúde mental, pobreza, desemprego e isolamento familiar (Seth-Purdie, 2000).

Huebner (2002) identifica inúmeros estudos que relatam a associação entre os fatores económicos e os maus tratos à criança, referindo que alguns desses estudos estimam que a taxa de transmissão intergeracional de mau-trato é de aproximadamente 30% a 40% (Kaufman & Zigler, 1993).

Porém, segundo Beckman, Olof e Nilsson (2007), e embora vários autores defendam a associação entre pobreza e risco, poucos são os estudos que analisam se essas consequências persistem na vida adulta. Por essa razão, os autores realizaram um estudo longitudinal que pretendia analisar como a pobreza na infância afeta a probabilidade futura de inclusão/exclusão no mercado de trabalho e, conseqüentemente, como estruturam as condições socioeconómicas na idade adulta., no qual concluíram que as condições de vida na infância têm claramente um impacto sobre o nível de risco no futuro. No entanto, estes efeitos não duram apenas até a transição para a idade adulta, parecem persistir durante todo o percurso de vida.

Também o relatório intitulado estudo qualitativo Eurobarómetro - Pobreza e exclusão social, datado de 2011, solicitado pelo Parlamento Europeu, verifica que os inquiridos se manifestaram apreensivos quanto à capacidade das futuras gerações para suportar o custo de vida, em especial os seus filhos e netos, nomeadamente devido ao facto de não conseguirem arranjar emprego.

Assim, estes e outros estudos como o de Sternberg (2000) concluem que os efeitos da pobreza tendem a ser transmitidos entre gerações.

Não obstante, como refere Guterman, (2001) a pobreza não é uma causa direta do abuso, existindo assim outros fatores e processos implicados. Apesar de existir uma forte correlação entre pobreza e negligência infantil, o estatuto de carência, por si só, não explica completamente este resultado, uma vez que embora a pobreza seja um fator relevante na explicação destas questões, não atua sozinha, mas sim integrada num conjunto complexo de vários fatores, nos quais se inclui, por exemplo, o *stress* (Damashek et al., 2005).

## **1.2 Crianças resilientes em situação de pobreza**

Apesar das evidências, já apresentadas, a pobreza nem sempre é um indicador de condições de vida adversas, marginalização ou exclusão social (Atkinson et al., 2002), sendo que nem todas as crianças e jovens pobres têm consequências ao nível desenvolvimental ou se encontram em risco de maus tratos (Beckman, Olof & Nilsson, 2007). Vários estudos relatam de facto esta realidade, afirmando que uma grande maioria das famílias que vive em situação de pobreza não abusa dos seus filhos (Belsky, 1988; Ammerman e Hersen, 1990; English, 1998; Crittenden, 1999; Guterman, 2001; McSherry, 2004), verificando-se que algumas das crianças em situação de pobreza conseguem adaptar-se, demonstrando, entre outras habilidades, competência social (Cecconello, 1999). De fato, uma análise mais cuidadosa das histórias destas famílias permite identificar características que as protegem contra situações ameaçadoras ou de risco (Mayer & Koller, 2001). Estas crianças podem ser consideradas resilientes.

Segundo Rutter (2000), a resiliência é um conceito relacionado com a adaptação e decorre das variações individuais que acontecem em resposta aos fatores de risco. Para Garmezy (1996), a resiliência pode ser definida a partir da compreensão das consequências da exposição de adultos e crianças a fatores de risco, sendo que os resilientes superam as adversidades, adaptando-se com vantagem ao contexto. Pelo contrário, a vulnerabilidade refere-se a uma predisposição individual que potencia os efeitos de um *stressor* (Garmezy & Masten, 1994). Ao contrário da resiliência, a vulnerabilidade caracteriza-se por respostas

mal-adaptadas que resultam em consequências negativas para o desenvolvimento psicológico (Zimmerman & Arunkumar, 1994)

Para Rutter (2000) há uma interação constante entre o risco e a proteção, desafiando a resiliência e a vulnerabilidade da criança. Perante um evento *stressor*, uma criança resiliente apresenta respostas adaptativas, uma vez que possui maior disponibilidade de mecanismos protetores.

Interagindo com os fatores de risco encontram-se então os fatores de proteção, que se distinguem como características potenciais na promoção de resiliência. Garmezy e Masten (1994) identificaram três fatores de proteção nos indivíduos: (1) características individuais, como a autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; (2) apoios afetivos transmitidos pelas pessoas da família, através de um vínculo positivo com os cuidadores; (3) apoios sociais externos, providos por outras pessoas ou entidades significativas, como escola, igreja e grupos de ajuda (Mayer & Koller, 2001).

O conjunto destes fatores, em situações de *stress*, serve como um recurso que auxilia o indivíduo a interagir com os eventos de vida e conseguir bons resultados, evitando consequências negativas. Assim, percebe-se que os fatores de proteção se referem às variáveis que servem para diminuir ou eliminar as influências negativas provenientes da exposição ao risco (Simões, 2007).

A investigação de Emmy Werner (1994; *cit.in* Simões, 2007) refere que a resiliência resulta de um equilíbrio entre fatores de risco e de proteção e que estes fatores de proteção podem ser desenvolvidos, estimulados ou promovidos, para que seja possível fazer face a riscos que muitas vezes são extremamente difíceis de mudar.

Outras perspetivas acerca deste construto centram-se nos recursos contextuais. O estudo desenvolvido por Martineau (1999) demonstra, por exemplo, que a resiliência tem diferentes formas em função dos contextos onde os indivíduos se encontram, nomeadamente, como refere Hughes et al. (2001) sob condições de pobreza. Neste sentido, a Associação Americana de Psicologia (APA) destaca as relações familiares como sendo um fator que pode ajudar a proteger os jovens de problemas no desenvolvimento, mesmo aqueles que vivem em condições adversas, tais como a pobreza (Maia & Williams, 2005).

Uma revisão, realizada por Kumpfer e Alvarado (2003), sobre os programas de treino de competências familiares e de terapia familiar breve em programas de prevenção para jovens de alto risco, concluiu que os métodos mais eficazes na redução dos problemas destes jovens têm por base a promoção da supervisão familiar, a monitorização, a facilitação da comunicação efetiva de expectativas, normas e valores familiares, e promoção do tempo que a família permanece junta para aprofundar os seus vínculos.

Também um trabalho desenvolvido por Andrade et al. (2005) mostrou as associações entre qualidade da estimulação presente em ambiente familiar e o



desenvolvimento cognitivo de crianças entre os 17 e 42 meses (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Como se pode verificar, questões relacionadas com a família são várias vezes referidas como possíveis fatores de proteção que podem mediar o risco existente em famílias pobres, revelando, desta forma, a importância desta variável na vida das crianças e jovens.

## **Capítulo 2 - Importância da família para as crianças e jovens**

De facto, a família tem fortes influências nas crianças, nomeadamente no que respeita ao seu desenvolvimento. Pois, embora, como oportunamente foi referido, a pobreza seja uma das condições que pode explicar problemas em crianças e jovens adultos, nomeadamente problemas de saúde mental, registam-se diferenças nas diferentes estruturas familiares (Deleire & Kalil, 2002).

A família pode ser vista como totalidade, sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, por parentesco e/ou por se considerarem pertencentes àquele contexto (Yunes, 2003). Pode ainda ser descrita como sendo um conjunto de relações no âmbito do qual ocorre o desenvolvimento psicológico do indivíduo. Este é determinado não apenas por estímulos biológicos, mas também por processos interativos no interior do sistema familiar. Igualmente, o futuro do indivíduo pode ser antecipado com base no clima emocional predominante na família de origem (Baptista, Baptista & Dias, 2001).

Algumas teorias defendem que o desenvolvimento do bem-estar está diretamente ligado às experiências mais precoces do sujeito dentro da sua família. Está aqui patente que os aspetos relacionados com o bem-estar psicológico dos jovens sofrem, invariavelmente, e de forma preponderante, influências das diversas situações que o indivíduo vivencia na sua família. Cabe, no entanto, ressaltar que dentro do contexto familiar a criança não é simplesmente um elemento passivo que recebe as influências da família, sendo sim um agente participativo das transações familiares (Wagner et al., 1999).

As explicações para esse facto são baseadas em teorias como a teoria da aprendizagem social de Bandura (1977), que afirma que as crianças aprendem, nomeadamente, através da observação, a imitar os comportamentos, que são modelados pelos adultos, assim como a teoria do controlo social, que afirma que a família controla os jovens no que respeita às suas tendências para atos ilegais. Quando a família não funciona adequadamente, os jovens podem estar expostos a um maior risco (Bright & Jonson-Reid, 2008).

Segundo Martins (2004) o tempo e o espaço da infância definem-se no contexto das relações familiares e sociais, evoluindo nos seus termos históricos e culturais. Porém, nem sempre a família é flexível o suficiente para proporcionar este desenvolvimento. Diversas investigações (Howlett, 1999; Amato e Booth, 1991; Szinovacz, 1997, *cit in* Adebayo & Ogunleye, 2010) têm tentado mostrar os efeitos adversos da disfunção da família sobre os seus membros mais jovens. Também Hammack et al. (2004) afirmam que os jovens são afetados pelas tensões no seio da família em geral. As dificuldades de funcionamento familiar não estão, necessariamente, associadas à composição da família, mas sim às relações que se estabelecem entre os seus membros. Deste modo, fatores como o desempenho em papéis específicos e a delimitação do papel de autoridade nas figuras parentais são fundamentais para um funcionamento familiar saudável e, conseqüentemente, para o bem-estar dos seus membros (Wadsworth et al., 2008).

Baptista, Baptista e Dias (2001) usam a metáfora do colchão, para mostrar que a família funciona como um amortecedor para os eventos *stressores* vividos pelos jovens. Também Fox e Benson (2003) realizaram um estudo extraíndo como conclusões que as famílias podem oferecer proteção às suas crianças dos riscos presentes na comunidade. Por outro lado, famílias com níveis elevados de risco podem anular as vantagens oferecidas por uma vizinhança adequada.

Maia e Williams (2005) referem vários fatores de risco para o desenvolvimento infantil referentes à família e à criança identificados pelo Ministério da Saúde do Brasil. Como fatores de risco inerentes à família destacam-se: as famílias baseadas numa distribuição desigual de autoridade e poder; famílias nas quais não há uma diferenciação de papéis, levando à extinção de limites entre os membros; famílias com nível de tensão permanente, manifestando-se em dificuldades de diálogo e descontrolo da agressividade; famílias nas quais não há abertura para contatos externos; famílias nas quais há ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pai/mãe/filho; e famílias que se encontram em situação de crise ou perdas como o divórcio, o desemprego e a morte

Garmezy (1996) classifica os fatores de proteção em três categorias, sendo que uma delas diz respeito às características da família, tais como a coesão, a afetividade, a ausência de discórdia, entre outros. Para Maia e Williams (2005) um bom funcionamento familiar, a existência de vínculo afetivo, o apoio e a monitorização parental, constituem fatores protetores que reduzem a probabilidade de os jovens enveredarem por comportamentos problemáticos e de risco. Também as investigações sobre resiliência sugeriram como principrogenitores fatores de proteção o suporte parental, auxiliando crianças a desenvolverem sonhos, objetivos e propostas de vida. Desse modo, a família conjuga uma diversidade de fatores de risco e de proteção, dependendo do estilo parental utilizado (Reppold et al., 2002)

## **2.1 Mediação do risco pela estrutura familiar**

Segundo Kaslow (1996), o diagnóstico das relações familiares constitui um elemento útil para complementar as noções tradicionais de fatores individuais de risco e de patologia.

Já Coulton e Pandey (1992) consideravam que a família, mais especificamente a estrutura familiar, está moderadamente correlacionada com os resultados de muitas crianças, a nível individual. De facto, a estrutura e o funcionamento familiar têm uma influência tal nas crianças e jovens que grande parte das consequências negativas associadas à pobreza se deve à desorganização e à rutura na estrutura familiar e não tanto à variável pobreza por si só (Simões, 2007).

De facto, muitos estudos têm-se focado nas características das relações familiares e processos de familiares, como a coesão (Kashani et al., 1987; McKeown et al., 1997; Needle et al., 1990, *cit in* Barrett & Turner, 2005) e o apoio percebido entre os membros da família (Mason & Windle, 2001; Patten et al., 1997; Swaim, Bates & Chavez, 1998, *cit in* Barrett & Turner 2005). Também Frederick e Goddard (2007) referem que os fatores de risco com maior influência estão relacionados com o funcionamento familiar, tais como a falta de amor e apoio, a violência familiar, o abuso, o sofrimento significativo, a perda e a desagregação familiar. Alguns autores destacam uma redução da qualidade da parentalidade, traduzida não só pelas ruturas na estrutura familiar, mas também pela pouca atenção e disponibilidade que os progenitores têm para as crianças (Berridge & Brodie, 1998).

Relações familiares disfuncionais e rígidas, com punição inconsistente dos progenitores, são fatores de risco significativos para a saúde e o desenvolvimento das crianças (Silburn & Zubrick, 1996). O desenvolvimento de competências em crianças e as suas experiências de sucesso numa ampla gama de áreas estão fortemente relacionadas com o carinho nas relações pai-filho (Hagerty et al., 2002).

Além disto, tal como acontece com a pobreza, também o impacto da estrutura familiar não se limita à infância, mas influencia bem-estar psicológico ao longo da vida (Barrett & Turner 2005).

A estrutura familiar é então constituída por padrões de interação que, por sua vez, governam o funcionamento dos membros da própria família, delineando os comportamentos e facilitando a sua interação (Baptista, Baptista & Dias, 2001). Autores como Minuchin e Fishman (2003) definem a família como um grupo natural que, através dos tempos, tem desenvolvido uma determinada estrutura a partir de padrões de organização. Já Walsh (1998, *cit in* De Antoni, Martins-Teodoro & Helena-Koller, 2009) salienta também a existência de um sistema de crenças e de processos de comunicação. Assim, a estrutura familiar é formada por estes aspetos, que definem o funcionamento, a função, os

comportamentos e as interações entre os seus membros (De Antoni et al., 2009). Neste sentido e do ponto de vista sistémico, a família pode ser entendida como “uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados (...) a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura” (Gameiro, 1992, *cit. in* Relvas, 2006, p.11). Também Baptista, Baptista & Dias, (2001) corroboram esta ideia, definindo a estrutura familiar como a quantidade de pessoas que moram na casa e as suas respetivas funções. Neste sentido, a estrutura familiar representa uma teia que organiza a forma como os subsistemas familiares interagem entre si (Vidović et al., 2005).

O sistema familiar diferencia e exerce as suas funções através de subsistemas, por exemplo: díade mãe-filho, pai-filho, irmão-irmão, esposo-esposa ou por geração, sexo, interesses, entre outros (De Antoni et al., 2009). Para diferenciar os subsistemas ou determinado membro da família, Minuchin (1990) desenvolveu a ideia de fronteiras, que definem os espaços subjetivos ou o território de cada membro. A fronteira é delimitada pela interação ou proximidade interpessoal psicológica e física dos subsistemas (De Antoni et al., 2009). É compreendida como o conjunto de regras que definem os limites com que os membros da família interagem e diferenciam os papéis das pessoas que formam um determinado grupo. Assim, os primeiros estudiosos deste tema foram Wood e Talmon (1983), que conceberam uma divisão deste construto (fronteira) em dois outros, denominados coesão e hierarquia.

Ambos os construtos são vistos como duas dimensões básicas que descrevem a organização do sistema social ou a estrutura familiar. Estes construtos podem ser verificados conforme as circunstâncias, para determinar a flexibilidade familiar existente (De Antoni et al., 2009). A flexibilidade ou adaptabilidade é definida como a capacidade do sistema familiar para alterar e adaptar a coesão e a hierarquia em resposta às exigências da sua evolução e a casos de *stress* (Vidović et al., 2005).

O estudo de De Antoni et al. (2009) concluiu que a importância da coesão no microsistema familiar reside no sentimento de pertença e de apoio entre os familiares. Por outro lado, a hierarquia reflete o domínio e a influência dos membros entre si. Esta dimensão pode levar a uma supervisão educacional *stressante* e ao descontrolo emocional, fatores estes que contribuem para o abuso físico parental (De Antoni et al., 2005).

No entanto, é necessário ter em conta que os posicionamentos extremos de uma destas dimensões não são obrigatoriamente disfuncionais. Por outro lado, as famílias poderão modificar estas dimensões de forma a se adaptarem a novas mudanças ou crises, decorrentes das etapas do ciclo vital. As mudanças são encaradas como sendo uma melhoria do funcionamento familiar. Comparadas com famílias não clínicas, as famílias com

problemas de natureza psicossocial apresentam com frequência relações menos coesas e hierarquicamente desequilibradas (igualitárias ou muito hierarquizadas), com forte incidência de fronteiras geracionais mal definidas e inversões hierárquicas (Vidović et al., 2005). Deste modo, a compreensão das estruturas relacionais familiares deve começar pela descrição da família e dos seus subsistemas (Olson, 2000).

Em suma, investigadores e terapeutas de diferentes escolas coincidem na afirmação de que a coesão e a hierarquia são duas dimensões chave para a descrição das relações familiares. Não obstante a existência de abordagens divergentes no que respeita à definição e operacionalização de coesão e hierarquia existe um consenso básico quanto à importância destas dimensões no estudo dos sistemas familiares (Fisher, Gibelin & Regas, 1983).

## **2.2 Dimensão Coesão Familiar**

A coesão familiar foi definida como a ligação emocional que os membros da família têm uns com os outros (Hetherington 1991).

Conforme Olson (2000), a coesão é um dos dois conceitos mais frequentemente utilizados para descrever o comportamento da família. De facto, já em 1930, o sociólogo Angell identificou a coesão como uma dimensão importante para compreender as interações entre os membros da família (Vidović et al., 2005).

Em 1986, num estudo de Vega, Kolody e Valle, os níveis mais elevados de aculturação foram encontrados como estando relacionados com a coesão familiar mais baixa. Este estudo sugere que a aculturação pode dificultar os laços de coesão da família e limitar a sua natureza de proteção contra a angústia (Hovey & King, 1996).

González-Pienda et al. (2003), numa revisão da literatura concluíram que o clima de coesão e a comunicação familiar são pilares importantes no desenvolvimento do autoconceito de crianças.

A coesão familiar é um sistema externo de apoio, sendo também apontado como mecanismo protetor, uma vez que encoraja a criança a lidar com as circunstâncias de vida (Garmezy & Masten, 1994). Para De Antoni et al. (2009), a coesão está relacionada linearmente com o desenvolvimento saudável e o bem-estar psicossocial das crianças, jovens e respetivas famílias. O funcionamento familiar adequado é promovido pela relação próxima entre o casal, entre progenitores e filhos e entre irmãos. Pelo contrário, famílias com conflitos demonstram frequentemente baixa coesão entre os seus membros.

Também Rabello e Júnior (2007) concluíram que uma família de coesão desligada possuía 16 vezes mais probabilidade de expor seus membros a situações de violência.

Noutro estudo, com famílias cubanas, concluiu-se que a coesão familiar é um fator de proteção para o bem-estar dos membros dessas famílias (Bernal & Shapiro, 2005).

Porém, literatura anterior (Olson 2000) indicou que altos níveis de coesão familiar, em comparação com níveis moderados, podem produzir efeitos potencialmente prejudiciais. Assim, uma família com altos níveis de coesão e conflitos aumenta o sentimento de angústia, e a coesão familiar perde, desta forma, o seu caráter de proteção (Rivera et al., 2008). De facto, nos níveis moderados, uma família com níveis menores de coesão denota alguma separação emocional (mas não extrema), sendo o tempo passado sem a família considerado importante, ao contrário de uma relação muito coesa, em que se atribui mais importância ao tempo passado em família, pelo facto de haver uma maior proximidade emocional e lealdade entre os familiares. Nos níveis extremos, uma relação desligada é caracterizada por uma separação emocional e pouco envolvimento entre os membros da família (Vidović et al., 2005). Por seu lado, uma família emaranhada caracteriza-se por uma extrema ligação emocional e uma grande dependência entre os membros, havendo pouca diferenciação do *self* (Olson, 2000).

### **2.3 Dimensão Hierarquia Familiar**

A hierarquia tem sido definida como uma estrutura de poder que envolve influência, controlo e adaptabilidade. Está relacionada com o controlo e o poder de decisão, seja nos eventos quotidianos, como em situações adversas. O domínio de uma pessoa no sistema familiar tem sido relatado como a capacidade de mudar papéis e regras no grupo. O exercício de poder é adaptativo, quando ajuda a manter o equilíbrio no sistema familiar (De Antoni et al., 2009).

Existem hierarquias diferentes, que são encontradas normalmente em cada estrutura. Essas hierarquias têm uma influência sobre os membros e são cruciais para compreender a sociedade. Vinte e quatro das trinta pessoas entrevistadas num estudo de Doyle (1998), com famílias americanas, foram de opinião que a estrutura familiar em termos gerais tem vindo a alterar-se, assumindo que, mais recentemente, a maioria das decisões é tomada pelas mães e não pelos progenitores, ao contrário do que se pensava anteriormente. A maioria das pessoas era de opinião de que os progenitores não se diferenciavam ao nível do poder que tinham em casa, sendo que, quando identificavam diferenças, eram as mães que tomavam a maioria das decisões do quotidiano. O mesmo aconteceu no estudo de Antoni et al. (2002), em que se observaram que a mãe foi representada com um hierarquia elevada, o pai, com média e o jovem com baixo poder de decisão nas situações de conflito. Esta questão é aparentemente incongruente com a

organização patriarcal, no entanto pode pensar-se que estes resultados se devam ao facto de existir um movimento social nas últimas décadas que tem dado mais poder às mulheres, não apenas em casa, mas também no local de trabalho, por exemplo. Estes autores concluíram que a mudança da sociedade leva à alteração das estruturas familiares.

O funcionamento familiar saudável tem sido identificado por dois aspetos em relação à hierarquia: existir um relacionamento igualitário do casal (equilíbrio de poder) e os progenitores terem mais poder e influência do que os seus filhos, embora apresentem um certo grau de flexibilidade (Feldman & Gehring, 1988). Por outro lado, quando a estrutura de poder não é funcional, as famílias podem apresentar o que se designa como inversão hierárquica. Esta ocorre quando uma criança desempenha o papel parental em relação aos seus progenitores, isto é, um dos filhos apresenta comportamentos relacionados com o cuidado e a proteção ou com a definição de regras e limites, pois famílias que estão sujeitas a eventos *stressores* podem demonstrar inversão hierárquica ou desigualdade na relação de poder, e estes fatores podem conduzir ao colapso no funcionamento da família (De Antoni et al., 2009).

Para Minuchin e Fishman (2003), não existe família que não tenha problemas. No entanto, a família funcional consegue ter fronteiras semipermeáveis que permitem aos seus membros sentirem que pertencem ao grupo, ao mesmo tempo que desenvolvem a sua autonomia, mesmo na presença de eventos *stressores*. Relacionamentos altamente hierárquicos correlacionam-se com o estilo parental autoritário e com um comportamento agressivo da criança (Feldman & Gehring, 1988).

## Parte II: Metodologia

### Objetivos

A conjuntura económica atual pauta-se por níveis de pobreza persistentemente elevados, nomeadamente em Portugal (Alves, 2009). Segundo o Anuário Estatístico de 2010, do Instituto Nacional de Estatística INE, a Taxa de Risco de Pobreza situava-se nos 22,9% para os menores de 18 anos e nos 15,8% para a população ativa, representando um total de 17,9%.

Conforme foi oportunamente explanado, as famílias em situação de pobreza caracterizam-se muitas vezes por viver num ambiente de *stress* inerente a esta mesma condição. Tal tem repercussões em todos os membros do sistema familiar, em particular nas crianças, que incorrem, para além de outras dificuldades, em níveis elevados de risco de abuso e negligência. Neste sentido, e tendo em conta que a evidência empírica tem mostrado que os apoios económicos, por si só, pouco efeito têm na melhoria real das condições de vida dos grupos de maior risco (Nunes, 2004), o presente estudo tem como finalidade compreender de que forma o nível de risco de mau trato das crianças, em famílias pobres pode ser mediado pelas dinâmicas familiares (funcionamento/estrutura) destas mesmas famílias.

Assim, pretende-se compreender de que forma o nível de risco de mau trato, relacionado na literatura da especialidade em crianças de famílias em situação de pobreza, pode ser mediado pelo funcionamento e a estrutura dessas mesmas famílias, percebendo o papel desempenhado pela coesão e hierarquia familiar, podendo, desta forma, auxiliar na adequação da intervenção técnica nesta área.

Mais especificamente pretende-se:

- Comparar os níveis de risco de mau trato em crianças com e sem processo de promoção e proteção;
- Comparar os níveis de risco de mau trato nas diferentes estruturas familiares de famílias pobres, com e sem processo de promoção e proteção;
- Comparar a estrutura e o funcionamento de famílias pobres com e sem filhos com processo de promoção e proteção;
- Comparar as perceções de progenitores e filhos acerca da estrutura e o funcionamento;
- Compreender a perceção de adaptação da estrutura e funcionamento familiar de famílias pobres com e sem filhos com processo de promoção e proteção;



## **Hipóteses de Investigação**

Tendo em consideração os objetivos do presente estudo formularam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: As crianças oriundas de famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores) estão sujeitas a um risco acrescido de mau-trato quando comparadas com crianças sem medida de proteção, oriundas de famílias beneficiárias da mesma medida.

H2: Os progenitores de famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), revelam maior coesão familiar, que os filhos.

H3: As famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores) têm menor coesão quando comparadas com famílias com crianças sem medida de proteção, oriundas de famílias beneficiárias da mesma medida.

H4: Os progenitores de famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), revelam maior hierarquia familiar, que os filhos.

H5: As famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores) têm maiores níveis de hierarquia quando comparadas com famílias com crianças sem medida de proteção, oriundas de famílias beneficiárias da mesma medida.

H6: Os progenitores de famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), revelam menor flexibilidade na sua perceção da estrutura familiar, que os filhos.

H7: As famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores) têm menores níveis de flexibilidade, tanto de coesão como de hierarquia, quando comparadas com famílias com crianças sem medida de proteção, oriundas de famílias beneficiárias da mesma medida.

H8: Famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), que são fortemente hierarquizadas, revelam níveis inferiores de flexibilidade.

H9: Famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), que são fortemente coesas revelam níveis inferiores de flexibilidade.

H10: Famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), que são fortemente hierarquizadas revelam níveis superiores de risco.

H11: Famílias beneficiárias do rendimento social de inserção, com e sem crianças com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores), que são fortemente coesas revelam níveis inferiores de risco.

### **Amostra**

A amostra deste estudo é constituída por 48 famílias beneficiárias da medida de rendimento social de inserção (RSI), residentes nas áreas do Porto e de Vila Nova de Gaia, sendo que por família se deve entender, no mínimo, o núcleo constituído pelo menor e um dos progenitores. Vinte e quatro destas quarenta e oito famílias tinham pelo menos um filho entre os 8 e os 12 anos de idade com processo de promoção e proteção, no âmbito do qual foi aplicada judicialmente a medida de apoio junto dos progenitores. Nas restantes 24 famílias os filhos nunca tiveram processos de promoção e proteção.

As 48 famílias envolvem 48 progenitores e 57 filhos, destes últimos, oito tinham 8 anos, dez tinham 9 anos, treze tinham 10 anos, treze tinham 11 anos e treze tinham doze anos (Média de idades =10.23 anos).

Tal como é possível verificar na Tabela 1, no grupo com processo de promoção e proteção participaram 22 mães e 2 pais cuja média de idades é de 35,42 anos, variando entre os 26 e os 53 anos. Neste grupo 10 famílias eram monoparentais (41,67%), 3 nucleares (12,5%) e 11 reconstituídas (45,83%). Quanto ao número de elementos que reside com o agregado varia entre 2 e 8 elementos, com uma média de 4 elementos por família. Já no grupo sem processo de promoção e proteção participaram 23 mães e 1 pai, com idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos, com uma média de idades de 39,46

anos. Neste grupo 7 famílias eram monoparentais (29,17%) e 17 nucleares (70,83%), não existindo qualquer família reconstituída. O número de elementos a residir com as famílias deste grupo varia entre 2 e 6 elementos, apresentando uma média de 4 elementos por família.

Relativamente à escolaridade das crianças, e tendo em conta a idade dos filhos selecionados para este estudo, à exceção de 4 crianças que se encontravam a frequentar 3º ciclo, já que nunca haviam reprovado qualquer ano, todos eles estavam a frequentar o 1º ciclo (30 casos) ou o 2º ciclo (23 casos). No caso dos progenitores, 14 tinham o 1º ciclo (5 no grupo com processo de promoção e proteção e 9 no grupo sem processo de promoção e proteção), 13 tinham o 2º ciclo (10 no grupo com processo de promoção e proteção e 3 no grupo sem processo de promoção e proteção), 14 o 3º ciclo (6 no grupo com processo de promoção e proteção e 8 no grupo sem processo de promoção e proteção) e 6 o ensino secundário (3 no grupo com processo de promoção e proteção e 3 no grupo sem processo de promoção e proteção). No grupo sem processo de promoção e proteção existia ainda um progenitor com curso superior.

Quanto aos rendimentos destas famílias, apesar de todas elas serem beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, em 17 casos (35,42%) há ainda rendimentos provenientes de atividades laborais.

Por último, ao nível da habitação, 46 (95,83%) destas famílias residem em casas arrendadas e apenas 2 têm casa própria.

**Tabela 1.** Características dos grupos com e sem processo de promoção e proteção

	Grupo com processo	Grupo sem processo	Total
Famílias/Progenitores	24	24	48
Mães	22	23	45
Pais	2	1	3
Filhos (entre 8 e 12 anos)	29	28	57
Famílias Monoparentais	10	7	17
Famílias Nucleares	3	17	20
Famílias Reconstituídas	11	0	11
Progenitores c 1º ciclo	5	9	14
Progenitores com 2º ciclo	10	3	13
Progenitores com 3º ciclo	6	8	14
Progenitores com ensino secundário	3	3	6
Progenitores com ensino superior	0	1	1

## **Instrumentos**

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos: o AAPI-2 (*Adult-Adolescent Parenting Inventory*) de Bavolek e Keene (1999) e o FAST (*Family System Test*) de Gehring (1993).

O AAPI-2 tem como destinatários as figuras parentais e visa a avaliação das crenças acerca das atitudes e comportamentos parentais de alto risco (em progenitores adultos, adolescentes ou potenciais progenitores). As respostas permitem identificar um índice de risco para comportamentos e práticas indiciadoras de maus-tratos e negligência, em cinco subescalas: Expetativas Inapropriadas; Falta de Empatia; Castigos Físicos; Inversão de Papéis; Capacidade de Autonomia. Apresentando os resultados numa escala padronizada entre 1 e 10, sendo que os valores entre 1 e 3 correspondem a um alto risco, indicando que os progenitores podem utilizar práticas conducentes a situações de negligência e maus-tratos; os valores de 4 a 7 representam as crenças da generalidade dos progenitores; e de 8 a 10 indica que os progenitores prestam cuidados adequados e têm atitudes refletidas relativamente às suas práticas parentais.

O FAST é um instrumento que se destina a recolher informação de pessoas de idade igual ou superior a seis anos sobre as perceções individuais e de grupo das estruturas que sustentam as relações familiares. É baseado na teoria dos sistemas familiares estruturais e constitui uma tentativa de criação de um teste, económico e de aplicação flexível, para utilização na investigação e na prática. Permite avaliar a estrutura familiar em 2 níveis - coesão e hierarquia -, dos quais decorrem 3 tipos de representações de família: típicas, ideais ou conflituais. Permite ainda comparar as perceções entre membros da mesma família.

## **Procedimento e Tratamento de Dados**

A amostra foi identificada por recurso à base de dados da segurança social e contato direto com os técnicos da Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT) ou da equipa do Rendimento Social de Inserção (RSI), da ação social e protocolos, do Porto e Vila Nova de Gaia, segundo as características pretendidas, nomeadamente a idade das crianças, a existência de medida de RSI e a existência ou não de processo de promoção e proteção com medida de proteção aplicada judicialmente (especificamente, medida de apoio juntos dos progenitores).

Posteriormente à seleção das famílias que constituem a amostra analisaram-se os respetivos processos de RSI da amostra global e de Promoção e Proteção da respetiva

metade da amostra, para compreender a história familiar dos participantes e recolher informação sociodemográfica dos mesmos, a fim de proceder à sua caracterização.

O primeiro contacto com as famílias foi feito pelos técnicos da EMAT ou do RSI, uma vez que são estes os profissionais que acompanham as famílias no âmbito dos respetivos processos, tendo, deste modo, um acesso privilegiado às mesmas. Os restantes contactos realizaram-se diretamente com os investigadores.

As 57 crianças da amostra responderam ao FAST, individualmente, numa sala sossegada no edifício da Segurança Social, onde apenas se encontrava a criança e a investigadora. Os progenitores responderam ao FAST, e ao AAPI, exatamente nas mesmas condições.

O emparelhamento entre os membros da mesma família foi realizado através de um código de forma a manter a confidencialidade e o anonimato dos dados.

Os dados foram tratados com recurso ao SPSS versão 19.

### Parte III: Apresentação dos resultados

Tendo em consideração o tamanho da amostra e após a realização de análises exploratórias para todas as variáveis concluiu-se que não estavam cumpridos os pressupostos para o uso de testes paramétricos, pelo que, neste estudo, serão realizados testes não paramétricos.

#### Risco de mau-trato

Em termos gerais, no que respeita ao risco de mau trato, e tendo em conta os valores da escala padronizada que o AAPI nos fornece, 65% das respostas às subescalas dos 48 progenitores representam, um risco elevado de mau trato às crianças (1 a 3), 33,75% situam-se nos valores correspondentes à generalidade dos progenitores (4 a 7) e 1,25% na prestação de cuidados adequados às crianças (8 a 10).

Especificamente no que respeita às subescalas do instrumento, à exceção da subescala *Expetativas Inapropriadas*, nenhuma das outras escalas apresenta valores que correspondam a uma prestação de cuidados adequados às crianças.

Na subescala *Expetativas Inapropriadas*, que avalia em que medida os progenitores revelam crenças realistas acerca do desenvolvimento, capacidades e limitações das crianças, o total de progenitores cujas respostas dadas se situam entre os valores correspondentes a alto risco (1 a 3) é de 12 (25%), 33 progenitores (68,75%) para os valores da população em geral (4 a 7) e 3 progenitores (6,25%) para os valores que indicam uma prestação de cuidados adequados às crianças (8 a 10).

A média aproximada das respostas dos sujeitos a esta subescala é de 4, não diferindo significativamente nos grupos com e sem processo de promoção e proteção ( $Z=-.95$ ,  $p=.34$ ). Verifica-se assim que, nesta subescala, em média, ambos os grupos apresentam crenças da generalidade dos progenitores, no que respeita às expectativas que têm das crianças.

Na subescala *Falta de Empatia*, que avalia em que medida os progenitores estão conscientes das necessidades, sentimentos e estado do seu filho, de modo a adequarem as suas atitudes e comportamentos, o total de progenitores da amostra que correspondem a valores considerados de alto risco é de 36 (75%), e de 12 (25%) para os valores da generalidade dos progenitores.

Relativamente ao valor da média aproximada das respostas a esta subescala, em ambos os grupos da amostra é de 3, não diferindo significativamente nos grupos com e sem processo de promoção e proteção ( $Z=-.02$ ,  $p=.98$ ). Desta forma, observa-se que ambos os grupos têm níveis elevados de risco, em termos da empatia em relação às crianças.

Na subescala *Castigos Físicos*, que avalia em que medida os progenitores valorizam ou não o castigo físico, como modo de disciplinar e educar os seus filhos, há 32 famílias (66,67%), situadas nos valores correspondentes a alto risco e 16 (33,33%) para os valores da generalidade dos progenitores.

A média aproximada nesta subescala é de 3, não diferindo significativamente nos grupos com e sem processo de promoção e proteção ( $Z=-.42$ ,  $p=.67$ ). Regista-se assim, um nível elevado de risco relativamente aos castigos físicos nos dois grupos da amostra.

Na subescala *Inversão de Papéis*, que avalia em que medida as concepções dos progenitores refletem situações de inversão de papéis, nomeadamente ao considerarem que as crianças deverão ser sensíveis e responsáveis pelo bem-estar dos progenitores e não o contrário, 30 progenitores (62,5%) têm a alto risco e 18 (37,5%) situam-se nos valores da generalidade dos progenitores.

Nesta subescala, o valor da média aproximada das respostas dos progenitores é 3, não se verificando diferenças significativas entre si ( $Z=-.85$ ,  $p=.40$ ). É, portanto, de notar que os grupos apresentam níveis de risco elevado, no que concerne às questões da inversão de papéis.

Por último, na subescala *Capacidade de Autonomia*, que avalia em que medida os progenitores tendem a oprimir as necessidades crescentes de autonomia, poder e independência que caracterizam o processo de desenvolvimento normal das crianças, 46 progenitores (95,83%) correspondem a valores de alto risco e 2 progenitores (4,17%) a valores da generalidade dos progenitores.

Não se registam diferenças significativas entre o grupo com processo de promoção e proteção e o grupo sem processo ( $Z=-.57$ ,  $p=.57$ ). Em ambos os grupos a média aproximada é de 2, sendo desta forma, esta a subescala em que este valor é mais baixo, representando, por isso, um risco mais elevado.

### **Coesão Familiar e dos subsistemas familiares (progenitores e irmãos)**

A amostra global (48 progenitores e 57 filhos) revela que 63,81% dos sujeitos percecionam as suas famílias como muito coesas nas situações típicas ou seja nas situações do seu dia-a-dia e 77,14% nas situações ideais ( $Mo=3$ ). Nas situações de conflito, apenas em 25,71% referem ter uma relação familiar muito coesa, enquanto 56,19% referem ter coesão baixa e 18,1% coesão média ( $Mo=1$ ).

Ao nível da coesão entre progenitores, progenitores e filhos das 48 famílias, nas situações típicas 56,52% percecionam a coesão familiar como sendo forte ( $Mo=3$ ). Nas situações ideais, a coesão familiar é avaliada como fortemente coesa por 62,32% dos sujeitos ( $Mo=3$ ). Já nas situações de conflito o valor da coesão alta é de 18,84%, enquanto o da coesão média é de 33,33% e 47,83% da coesão baixa ( $Mo=1$ ).

Quanto à coesão entre os irmãos, progenitores e filhos das 48 famílias da amostra avaliam a coesão entre irmãos como sendo forte nas situações típicas 61,8% dos sujeitos ( $Mo=3$ ), 69,66% nas situações ideais ( $Mo=3$ ) e por último, 38,20% nas situações de conflito, apresentando, neste caso, uma moda de 1 que significa coesão baixa.

Comparada a percepção de progenitores e filhos sobre a coesão familiar, ou seja, entre todos os membros da família, não se registam diferenças nem nas situações típicas ( $Z=-1.04$ ,  $p=.30$ ), nem nas ideais ( $Z=-3.25$ ,  $p=.75$ ), verificando-se apenas diferenças no que respeita às situações de conflito ( $Z=-2.83$ ,  $p=.005$ ). Os progenitores percecionam uma maior coesão familiar em situações de conflito, quando comparados com os filhos (Tabela 2).

**Tabela 2.** Diferenças entre Progenitores e Filhos na Coesão Familiar em Situações de Conflito

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Coesão Familiar em Situações de Conflito	61.19	46.11	-2.83**
** <.005			



Como se verifica na Tabela 3, quando se compara a coesão familiar por grupos (com e sem processo de promoção e proteção) verifica-se que as diferenças apenas são estatisticamente significativas em relação à coesão familiar nas situações de conflito. As famílias com processo de promoção e proteção assumem-se como pertencendo a famílias menos coesas nas situações de conflito, quando comparadas com famílias sem processo de promoção e proteção ( $Z=-2.06$ ,  $p=.04$ ).

**Tabela 3.** Diferenças entre grupos com e sem processo de promoção e proteção na Coesão Familiar em Situações de Conflito

	Grupo com processo  (N=53)  Ordem média	Grupo sem Processo  (N=52)  Ordem média	Z
Coesão Familiar em Situações de Conflito	47.58	58.52	-2.06*
* <.05			

### **Hierarquia Familiar**

Relativamente à hierarquia familiar, ou seja, as diferenças de poder entre os diferentes membros de uma mesma família, 71,43% da amostra global (48 progenitores e 57 filhos) identificam-na como sendo média, 17,14% como alta e 11,43% como sendo baixa nas situações típicas ( $Mo=2$ ). Na situação ideal, 57,14% dos sujeitos identificam a hierarquia familiar como média, 20% como alta e 22,86% como baixa ( $Mo=2$ ). Já na situação de conflito, 49,52% como média, 30,48% como alta e 20% como baixa ( $Mo=2$ ).

No que respeita à hierarquia entre progenitores, nas situações típicas 36,23% dos sujeitos (progenitores e filhos) identificam-na como sendo média, apenas 5,8% como alta e 57,97% como baixa ( $Mo=1$ ). Nas situações ideais 30,43% identificam como sendo média, 11,59% como alta e 57,97% como baixa ( $Mo=1$ ). Por último nas situações de conflito 33,33% identificam como sendo média, 18,84% como alta e 52,17% como baixa ( $Mo=1$ ).

Quanto à hierarquia entre irmãos, 20,22% dos sujeitos (progenitores e filhos), nas situações típicas, identificam-na como sendo média, 61,8 como alta e 17,98% como baixa

(Mo=2). Nas situações ideais 28,09% identificam como sendo média, 31,46% como alta e 40,45% como baixa (Mo=1). Por último nas situações de conflito 21,35% identificam como sendo média, 19,10% como alta e 59,55% como baixa (Mo=1).

Comparada a percepção de progenitores e filhos sobre a hierarquia familiar, não se registam diferenças nem nas situações de conflito ( $Z=-1.44$ ,  $p=.15$ ). No entanto, como se verifica pelas tabelas 4 e 5, respetivamente, existem diferenças nas situações típicas ( $Z=-1.97$ ,  $p=.05$ ) e nas ideais ( $Z=-3.39$ ,  $p=.001$ ).

**Tabela 4.** Diferenças entre progenitores e filhos na Hierarquia Familiar em Situações Típicas

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Hierarquia Familiar em Situações Típicas	58.06	48.74	-1.97*
* <.05			

Os progenitores percecionam uma maior hierarquia familiar em situações típicas, quando comparados com os filhos.

**Tabela 5.** Diferenças entre progenitores e filhos na Hierarquia Familiar em Situações Ideais

	Progenitores (N=53) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Hierarquia Familiar em Situações Ideais	62.78	44.76	-3.39***
*** <.001			

Os progenitores percecionam uma maior hierarquia familiar em situações ideais, quando comparados com os filhos.

Relativamente à hierarquia familiar em situações de conflito verificam-se diferenças entre grupos com e sem processo de promoção e proteção ( $Z=-2.63$ ,  $p=.008$ ).

Os sujeitos do grupo com processo de promoção e proteção assumem-se como pertencendo a famílias mais fortemente hierarquizadas nas situações de conflito, ou seja, são famílias em que nas situações de conflito há maiores discrepâncias na relação de poder, nos diferentes membros que constituem a família, quando comparadas com famílias sem processo de promoção e proteção (Tabela 6).

**Tabela 6.** Diferenças entre grupos com e sem processo de promoção e proteção na Hierarquia Familiar em Situações de Conflito

	Grupo com processo  (N=53)  Ordem média	Grupo sem Processo  (N=52)  Ordem média	Z
Hierarquia Familiar em Situações de Conflito	60.11	45.75	-2.63*
* < .05			

Existem ainda diferenças significativas entre grupos, no que respeita à hierarquia entre irmãos em situações de conflito ( $Z=-2.52$ ,  $p=.012$ ).

O grupo com processo de promoção e proteção assume-se como tendo menor hierarquia, ou seja menores discrepâncias de poder, no subsistema dos irmãos, nas situações de conflito, quando comparadas com famílias sem processo (Tabela 7).

**Tabela 7.** Diferenças entre grupos com e sem processo de promoção e proteção na Hierarquia entre irmãos em Situações de Conflito

	Grupo com processo  (N=53)  Ordem média	Grupo sem Processo  (N=52)  Ordem média	Z
Hierarquia entre irmãos em Situações de Conflito	39.00	51.14	-2.52*
* < .05			

### **Flexibilidade da coesão e da hierarquia familiar e dos subsistemas familiares (progenitores e irmãos)**

A flexibilidade, como fator que mede a capacidade de adaptação das famílias às diferentes situações com que se vão deparando, é medido comparando os valores das situações típicas, ou seja, situações do dia-a-dia, com situações que cada sujeito considera como sendo ideais e com situações de conflito entre os membros da família, tanto ao nível da coesão familiar entre membros como ao nível da hierarquia familiar. Assim, nesta amostra, as respostas dos sujeitos (48 progenitores e 57 filhos) não remetem para valores elevados de flexibilidade da coesão familiar entre situações típicas e ideais ( $M=0$ ).

No que respeita às diferenças entre progenitores e filhos, como demonstra a Tabela 8, apenas nas situações de flexibilidade da hierarquia familiar das situações típicas para as ideais, não se verificando quaisquer diferenças estatisticamente significativas em relação à flexibilidade da coesão familiar. Os filhos percecionam maiores níveis de flexibilidade da hierarquia familiar das situações típicas para as ideais, quando comparados com os progenitores ( $Z=-2.9$ ,  $p=.004$ ).

**Tabela 8.** Diferenças entre progenitores e filhos na perceção de flexibilidade de hierarquia Familiar das Situações Típicas para as de Conflito

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Flexibilidade hierarquia familiar Típica/Conflito	45.79	59.07	-2.9*
* < .05			

Relativamente à flexibilidade da coesão entre progenitores das situações típicas para as ideais não há diferenças entre progenitores e filhos ( $Z=-1.89$ ,  $p=.58$ ), mas existem diferenças das situações típicas para as de conflito ( $Z=-3.31$ ,  $p=.001$ ). Os filhos percecionam maior flexibilidade da coesão entre progenitores das situações típicas para as de conflito (Tabela 9).

**Tabela 9.** Diferenças entre progenitores e filhos na percepção de flexibilidade de coesão entre progenitores das Situações Típicas para as de Conflito

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Flexibilidade coesão entre progenitores Típica/Conflito	26.95	41.57	-3.31***
***<.001			

Como vemos na Tabela 10, existem também diferenças entre progenitores e filhos em relação à flexibilidade da hierarquia entre progenitores das situações típicas para as ideais ( $Z=-.94$ ,  $p=.35$ ), mas não das típicas para as de conflito ( $Z=-.36$ ,  $p=.72$ ).

Os filhos percecionam maior flexibilidade da hierarquia entre progenitores das situações típicas para as de conflito (Tabela 10).

**Tabela 10.** Diferenças entre progenitores e filhos na percepção de flexibilidade de hierarquia entre progenitores das Situações Típicas para as de Conflito

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Flexibilidade hierarquia entre progenitores Típica/Conflito	29.69	39.33	-2.64*
*<.05			

Relativamente à flexibilidade da coesão entre irmãos das situações típicas para as ideais, como se verifica na Tabela 11, existem diferenças entre progenitores e filhos ( $Z=-2.19$ ,  $p=.03$ ), mas não das típicas para as de conflito ( $Z=-.58$ ,  $p=.56$ ). Os filhos percecionam maior flexibilidade da coesão entre irmãos das situações típicas para as ideais (Tabela 11).

**Tabela 11.** Diferenças entre progenitores e filhos na percepção de flexibilidade de coesão entre irmãos das situações Típicas para as ideais

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Flexibilidade coesão entre irmãos Típica/Ideal	40.69	48.52	-2.19*
* < .05			

Por fim, há diferenças entre progenitores e filhos no que concerne à flexibilidade da hierarquia entre irmãos das situações típicas para as ideais ( $Z = -4.05$ ,  $p = .000$ ), mas não das típicas para as de conflito ( $Z = -1.63$ ,  $p = .102$ ). Os filhos percebem maior flexibilidade da hierarquia entre irmãos das situações típicas para as de conflito (Tabela 12).

**Tabela 12.** Diferenças entre progenitores e filhos na percepção de flexibilidade de hierarquia entre irmãos das Situações Típicas para as de Conflito

	Progenitores (N=48) Ordem média	Filhos (N=57) Ordem média	Z
Flexibilidade hierarquia entre irmãos Típica/Conflito	34.65	53.45	-4.05***
*** < .001			

Não se verificam diferenças entre os grupos com e sem processo ( $Z = -1.76$ ,  $p = .08$ ).

O mesmo não acontece no que respeita à flexibilidade da coesão familiar entre situações típicas e conflituosas (Tabela 13), verificando-se diferenças entre o grupo com e sem processo de promoção e proteção, sendo que os sujeitos do grupo com processo de promoção e proteção assumem uma maior flexibilidade quando comparados com o grupo sem processo ( $Z = -2.42$ ,  $p = .016$ ).

**Tabela 13.** Diferenças entre grupos com e sem processo de promoção e proteção na percepção de flexibilidade da coesão Familiar das Situações Típicas para as de Conflito

	Grupo com processo  (N=53)  Ordem média	Grupo sem Processo  (N=52)  Ordem média	Z
Flexibilidade coesão familiar Típica/Conflito	59.54	46.34	-2.42*
* < .05			

Relativamente à flexibilidade da coesão entre progenitores das situações típicas para as ideais não se verificam diferenças entre os grupos com e sem processo de promoção e proteção ( $Z = -.94$ ,  $p = .35$ ), assim como das típicas para as de conflito ( $Z = -1.03$ ,  $p = .31$ ).

O mesmo acontece relativamente à flexibilidade da coesão entre irmãos das situações típicas para as ideais, em que não se verificam diferenças significativas entre grupos com e sem processo de promoção, ( $Z = -.85$ ,  $p = .40$ ), nem das típicas para as de conflito ( $Z = -1.06$ ,  $p = .39$ ).

Não se verificam diferenças entre grupos relativamente à flexibilidade da hierarquia familiar, nem das situações típicas para as ideais ( $Z = -.55$ ,  $p = .58$ ), nem das típicas para as de conflito ( $Z = -.76$ ,  $p = .45$ ).

No que respeita à hierarquia, não há diferenças entre grupos com e sem processo relativamente à flexibilidade da hierarquia entre progenitores das situações típicas para as ideais ( $Z = -.008$ ,  $p = .99$ ), nem das típicas para as de conflito ( $Z = -1.03$ ,  $p = .30$ ).

Relativamente à flexibilidade da hierarquia entre irmãos das situações típicas para as ideais, em que não se verificam diferenças significativas entre grupos com e sem processo de promoção, ( $Z = -.16$ ,  $p = .88$ ), nem das típicas para as de conflito ( $Z = -1.33$ ,  $p = .18$ ).

Por fim, as associações entre os níveis de hierarquia e a flexibilidade da mesma revelam-se estatisticamente significativas entre a hierarquia familiar ideal e a flexibilidade da hierarquia da situação típica para a ideal ( $r = -.33$ ,  $p = .001$ ). Quanto mais hierarquizada for a família nas situações ideais, menor flexibilidade de hierarquia tem da situação típica para a ideal.

Há também associação entre os níveis de coesão familiar típica e a flexibilidade da mesma das situações típicas para as ideais e para as de conflito. Quanto maior for a coesão

familiar típica, menor é a flexibilidade da coesão familiar das situações típicas para as ideais ( $r_{sp} = -.47$   $p = .000$ ) e maior é a flexibilidade das situações típicas para as de conflito ( $r_{sp} = .35$   $p = .000$ ).

### **Coesão e Hierarquia familiar Vs. Risco**

No que respeita à relação entre a Coesão Familiar e o nível de risco, esta apenas se verificou como estatisticamente significativa na subescala *Castigos Físicos* e a coesão Familiar típica ( $r_{sp} = .32$   $p = .03$ ) e de conflito ( $r_{sp} = .28$   $p = .05$ ).

Em ambas as associações quanto maior o nível de coesão familiar menor o nível de risco nesta subescala.

Todas as outras associações não foram estatisticamente significativas.

Já na relação entre Hierarquia Familiar e o nível de risco, as associações revelaram-se estatisticamente significativas na subescala *Capacidade de Autonomia* e a Hierarquia Familiar típica ( $r_{sp} = -.29$   $p = .05$ ) e ideal ( $r_{sp} = -.29$   $p = .05$ ).

Em ambas as associações quanto maior o nível de hierarquia maior o nível de risco nesta subescala.

Todas as outras associações não foram estatisticamente significativas.



#### **Parte IV: Discussão dos Resultados**

Segue-se uma síntese interpretativa teoricamente fundamentada dos dados recolhidos, organizada de acordo com os seguintes pontos: Risco de maus-tratos; Dimensão coesão, dimensão hierarquia, Flexibilidade da coesão e da hierarquia familiar e dos subsistemas e Coesão e Hierarquia Vs. Risco.

##### **Risco de mau-trato**

No que respeita ao risco, os dados revelam que as famílias que constituem a amostra apresentam um elevado risco no que se refere à capacidade de reconhecer autonomia às crianças nas questões da autonomia que as famílias revelaram valores de maior risco. Pelo contrário, no que se refere às expectativas dos progenitores em relação às crianças, o risco é relativamente baixo, quando comparado com outras subescalas, existindo 3 famílias em que os dados apontaram para prestação de cuidados adequados às crianças.

Além disto, as famílias revelaram ter níveis de risco muito semelhantes, independentemente da existência ou não de processo de promoção e proteção. Desta forma, refuta-se a Hipótese 1, que preconizava um risco acrescido para as crianças com processo de promoção e proteção, verificada a não existência de diferenças significativas entre famílias com e sem processo de promoção e proteção, em nenhuma das subescalas que compõe o instrumento de avaliação de risco. De facto, os valores apresentados por esta amostra no que respeita ao risco são tendencialmente baixos, ou seja, revelam a existência de elevado risco, pelo que se percebe a existência de risco mesmo para o grupo em que não existe um processo de promoção e proteção, podendo, deste modo, sugerir que a população em risco se encontra subavaliada, o que corrobora o dado de que as crianças de famílias em situação de pobreza têm uma forte probabilidade de estar em alto risco de maus tratos (Bäckman, Olof & Nilsson, 2007).

Estes dados parecem sugerir a necessidade de maior atenção dos serviços sociais, nomeadamente no que concerne à articulação dos técnicos de RSI que acompanham as famílias, com técnicos da EMAT, mas também da própria população, responsável por sinalizar casos em que existe uma suspeita de risco em determinada família.

##### **Dimensão coesão**

Ao nível da coesão, são reconhecidas características semelhantes na perceção das famílias com e sem processo de promoção e proteção. Estas famílias em geral percecionam-se como fortemente coesas nas situações do dia-a-dia (típicas) e nas situações ideais, tanto ao nível familiar, como das relações entre os pais ou entre os irmãos. Do mesmo modo, percecionam geralmente as situações em que existem conflitos como sendo pouco coesas tanto a nível familiar como entre pais ou entre irmãos. Assim, as

famílias da amostra parecem situar-se essencialmente em posições extremas de coesão, sendo muito coesas em situações típicas e ideais e pouco coesas nas situações de conflito, o que sugere a existência de dificuldades de tomada de posições intermédias nas diferentes situações, que segundo Gehring (1993), corresponderia a uma estrutura equilibrada.

Quando se comparam as percepções dos progenitores e dos filhos, é possível verificar a Hipótese 2, que afirmava que os progenitores percecionavam maior coesão familiar comparativamente aos filhos, nas situações de conflito, podendo isto dever-se à distorção das cognições dos pais acerca do funcionamento familiar ou, por outro lado, devido à desejabilidade social perante a figura do investigador. O mesmo acontece com a Hipótese 3, demonstrando assim que as famílias com processo têm menor coesão do que as famílias sem processo. Esta hipótese verifica-se igualmente nas situações de conflito, podendo isto ser explicado pela destruturação típica destas famílias que não raramente conduz a estes processos de promoção e proteção.

### **Dimensão Hierarquia**

Pais e filhos tendem a percecionar as suas famílias como mediantemente hierarquizadas, tanto nas situações do dia-a-dia, como nas ideais e de conflito, demonstrando assim alguma rigidez nas suas percepções de hierarquia familiar. Por outro lado, tendem a percecionar a hierarquia entre pais como baixa também nas três situações. Nas relações de poder entre irmãos parece existir maior elasticidade, sendo percecionadas como médias nas situações típicas e baixas nas situações ideais e de conflito.

Quando comparados progenitores e filhos, em termos da percepção da hierarquia, os progenitores revelam maior hierarquia familiar, nas situações típicas e nas ideais, que os filhos, verificando-se, desta forma, a Hipótese 4. Estes resultados podem, tal como acontece na percepção da coesão, dever-se a crenças incorretas e disfuncionais ou ao efeito de desejabilidade social, tendo os progenitores a preocupação de mostrar não só que têm uma família coesa, como também que têm poder sobre a mesma, sendo estes quem controlam os filhos e não o contrário. Por outro lado, os progenitores podem de facto ter a crença errada de que exercem esse poder e necessitarem de apoio na identificação e desmistificação desta questão.

A Hipótese 5, que afirmava que famílias com processo têm maiores níveis de hierarquia que as famílias com crianças sem medida, é igualmente verificada nas situações de conflito, nível da hierarquia familiar e da hierarquia entre irmãos. Estes dados podem sugerir, por exemplo, a dificuldade das famílias em ultrapassar situações de conflito através de negociações, sendo necessário exercer poder sobre o outro. Por outro lado, e tendo em conta a condição destas famílias, cujos filhos têm um processo de promoção e proteção, estes resultados podem dever-se igualmente ao efeito de desejabilidade social.

### **Flexibilidade da coesão e da hierarquia familiar e dos subsistemas familiares**

As famílias apresentam níveis baixos de flexibilidade, tanto ao nível da coesão como da hierarquia, tendo percepções muito semelhantes nas diferentes situações, principalmente entre as situações típicas e as ideais. Pode-se assim sugerir que estas famílias consideram estar bem e não reconhecem a necessidade de mudança.

Relativamente à flexibilidade verifica-se a Hipótese 6, que estabelece que os progenitores revelam menor flexibilidade na sua percepção da estrutura familiar do que os filhos, tanto nas questões da coesão como da hierarquia, principalmente no que respeita às situações de conflito, podendo estar aqui patente a posição defensiva dos pais relativamente a transparecer o funcionamento da família em situações de conflito.

Verifica-se também a Hipótese 7, que preconizava que as famílias com processo têm menores níveis de flexibilidade, tanto de coesão como de hierarquia, quando comparadas com famílias sem processo, considerando-se a flexibilidade, ou seja a capacidade de adaptação às diferentes situações, uma característica positiva para o funcionamento familiar, já que, como referem Feldman & Gehring, 1988, um dos aspetos identificados num funcionamento familiar saudável é o facto das famílias apresentarem um certo grau de flexibilidade.

Neste sentido, pode-se depreender uma postura defensiva por parte das famílias com processo ou, por outro lado, uma necessidade efetiva destas famílias para o apoio técnico, de forma que estes consigam aprender e adaptar-se às situações que se apresentem como desafiantes para a parentalidade e estrutura e funcionamento familiar.

No que concerne às hipóteses 8 - famílias fortemente hierarquizadas revelam níveis inferiores de flexibilidade e hipótese 9 - famílias fortemente coesas revelam níveis inferiores de flexibilidade – verificamos pela análise dos dados de que estas são igualmente verificadas, assumindo estas posições de extrema proximidade e hierarquia. Neste sentido, é possível existir por parte destas famílias maior dificuldade em alterar a sua hierarquia, mesmo em diferentes situações, de forma a adaptarem-se às mesmas. Além disto, situações extremadas de coesão e hierarquia resultam, segundo Gehring (1993), em famílias com estrutura desequilibradas, podendo ser este o fundamento para o elevado risco encontrado nas famílias que constituem a amostra.

### **Coesão e Hierarquia Vs. Risco**

As relações entre coesão e hierarquia e o risco são reduzidas, no entanto, é possível verificar a Hipótese 10, que preconizava que as famílias mais hierarquizadas tinham níveis superiores de risco, nas situações típicas e nas ideais, relativamente à autonomia da criança e a Hipótese 11, que declarava que famílias fortemente coesas tinham níveis inferiores de risco, nas situações típicas e nas de conflito, em relação aos castigos físicos. Não é assim

possível pressupor a relação entre a estrutura familiar e o risco através destes resultados, devendo, no entanto proceder-se a um estudo com uma amostra de maiores dimensões, a fim de perceber se estes resultados são apenas residuais e sem implicações práticas ou não.

## **Parte V: Conclusão**

Com a realização deste estudo pode concluir-se que as famílias que participaram nesta investigação, tendo ou não processo de promoção e proteção a decorrer, possuem características muito semelhantes, tanto em termos do risco de maus trato para a criança como em termos do funcionamento e da estrutura familiar e dos respetivos subsistemas. Deste modo, estas famílias parecem ter necessidades idênticas em termos de intervenção nestas áreas.

Foi ainda possível perceber que independentemente da existência, ou não, de processo de promoção e proteção progenitores e filhos diferem essencialmente no que respeita à perceção de flexibilidade, ou seja, de adaptação da estrutura familiar a diferentes situações, tanto ao nível da coesão como da hierarquia.

Outra conclusão importante foi a identificação de uma elevada semelhança percecionada por estas famílias das situações do seu dia-a-dia com as situações que consideram ideais, demonstrando assim, que consideram estar bem e não reconhecem a necessidade de mudança. Esta pode ser uma questão com implicações práticas, uma vez que pode ser explicativa da não adesão e colaboração deste tipo de famílias.

Já no que respeita à associação entre o risco e a coesão e hierarquia familiar verificaram-se apenas associações residuais destas duas variáveis.

Não obstante estas as conclusões, há que ter em consideração as limitações do estudo, que podem de alguma forma influenciar os resultados obtidos, nomeadamente, o facto de terem sido utilizados instrumentos não validados para a população portuguesa e a dimensão da amostra, que se revelou reduzida, contribuindo para a não realização dos testes paramétricos, uma vez que não estavam cumpridos os pressupostos para tal. Diretamente ligadas a esta limitação são identificadas outras duas: a falta de adesão das famílias ao estudo, podendo ser justificada pelo elevado número de técnicos que já passou pela sua vida; e a dificuldade de identificar famílias que correspondessem aos critérios de seleção da amostra, sobretudo no que concerne à existência de processo em tribunal com medida aplicada junto dos progenitores a crianças nesta faixa etária.

Seria, portanto, pertinente a realização deste estudo com uma amostra de dimensões superiores, bem como explorar outras variáveis como por exemplo o motivo de sinalização do processo de promoção e proteção, a fim de compreender as implicações do mesmo ao nível da estrutura e do funcionamento familiar. Por fim, sugerimos ainda o

desenvolvimento das questões relativas ao tipo de estrutura familiar resultante da combinação das dimensões coesão e hierarquia, bem como das diferenças de percepções intrafamiliares de progenitores e filhos do mesmo contexto familiar.

### **Referências bibliográficas**

- Aber, J., Gephart, M., Brooks-Gunn, J., & Connell, P. (1997). Development in context: Implications for studying neighborhood effects. In Brooks-Gunn, J., Duncan, G. & Aber, J. (Eds.), *Neighborhood poverty. Context and consequences for children* 44-61. New York: Russell Sage Foundation Ablex
- Aber, J., Jones S., & Raver C., (2007). Poverty and Child Development: *New Perspectives on a Defining Issue*.
- Adebayo, S., & Ogunleye, A., (2010). Influence of Family Cohesion on Intimate Relationships of a Nigerian Undergraduate Sample. *European Journal of Scientific Research*, 41(4)551 – 558.
- Alves, N., (2009). Novos Factos sobre a Pobreza em Portugal. *Primavera*, 125 – 154.
- Ammerman R., & Hersen M. (1990). Research in child abuse and neglect: current status and an agenda for the future. In *Children at Risk: An Evaluation of Factors Contributing to Child Abuse and Neglect*, Ammerman R, Hersen M (eds). Plenum Press: New York; 3–19
- Andrade, S. A., Santos, D. N., Bastos, A. C., Pedromônico, M. R. M., Almeida-Filho, N., & Barreto, M. A. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo. *Revista de Saúde Pública*, 39(4).
- Atkinson, A., B., Cantillon, B., Marlier, E., & Nolan, B. (2002). *Social Indicators. The EU and Social Inclusion*, Oxford: Oxford University Press.
- Baptista, M., Baptista, A., & Dias, R. (2001). Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. *Psicologia: ciência e profissão*, 21(2) Brasília.
- Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In: M. J. Guralnick. *The effectiveness of early intervention*. (147-170). Baltimore: Paul Brookes.
- Barrett, A., & Turner, R. (2005). Family Structure and Mental Health: Mediating Effects of Socioeconomic Status, Family Process, and Social Stress. *Journal of Health and Social Behavior*, 46: 156 – 169
- Belsky J. (1988). Child maltreatment and the emergent family system. In *Early Prediction and Prevention of Child Abuse*, Browne K, Davies C, Stratton P (eds). John Wiley and Sons: Chichester; 267–287.

- Bennett, J., & Grimley, L. (2001). Parenting in the Global Community: Ass – cultural/International perspective. In Fine, M. & Lee, S. (Eds.). *Handbook of diversity in Parent Education: the changing faces of Parenting and Parent education*. USA: Academic Press.
- Bernal, G., & Shapiro, E.R. (2005). Cuban families. In M. McGoldrick, J. Giordano, & N. García-Preto (Eds.), *Ethnicity and family therapy – 3rd Edition* (55-168). New York: Guildford Press.
- Berridge, D., & Brodie, I. (1998). *Children's Homes Revisited*. Jessica Kingsley Publishers: London e Philadelphia.
- Bradley, R. H., Corwyn, R. F., McAdoo, H. P., & Coll, C. G. (2001). The home environments of children in the United States Part I: Variations by age, ethnicity, and poverty status. *Child Development*, 72(6), 1844-1867.
- Bradshaw (2004) Dothistroma (red-band) needle blight of pines and the do this trom in toxin: A review. *Forest Pathology*. 34: 163–185.
- Bright C., & Jonson-Reid, M. (2008). Onset of Juvenile Court Involvement: Exploring Gender-Specific Associations with Maltreatment and Poverty. *Child Youth Serv Rev*, 30(8): 914 – 927.
- Bäckman, O., & Nilsson, A. (2007). Childhood Poverty and Labour Market Exclusion – Findings from a Swedish Birth Cohort. *Institute for Future Studies*, 1-29.
- Cataldi, E., Laird, J., & Kewal Ramani, A. (2009). High school dropout and completion rates in the United States. Washington, DC: *Institute of Education Sciences'* National Center for Education Statistics.
- Cecconello, A. M. (1999). Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco. Dissertação de Mestrado Não-Publicada - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A., & Koller, S. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5 (1), 71-93.
- Chase-Lansdale, P., Kiernan K., Friedman R., (2004). Human development across lives and generations: The potential for change. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press;
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1993). Family economy stress and adjustment or early adolescent girls. *Developmental Psychology*, 29, 206-219.
- Coulton, C. J., Korbin, J. E., & Su, M. (1999). Neighborhoods and child maltreatment: A multilevel study. *Child Abuse and Neglect*, 23(11), 1019-1040.
- Crittenden P. (1999). Child neglect: causes and contributors. In *Neglected Children: Research, Practice and Policy*, Dubowitz H (ed.). Sage: Thousand Oaks, California; 47–68.
- Crnic K, & Low C. (2002). Everyday stresss and parenting. In *Handbook of Parenting: Practical Issues in Parenting* (2nd edn), Bornstein M (ed.), vol. 5. Lawrence Erlbaum Associates: Mahwah, NJ; 243–267.

- Crnic, K., Gaze, C., & Hoffman, C. (2005). Cumulative Parenting Stress Across Preschool Period: Relations Maternal Parenting and Child Behaviour at Age 5. *Infant and Child Development*, 14, 117-132.
- Crosnoe, R., & Cooper, C. (2010). Economic disadvantaged children's transitions into elementary school: Linking family processes, school contexts, educational policy. *American Educational Research Journal*, 47(2), 258-91.
- Daly, M., & Wilson, M. (1985). Child abuse and other risks of not living with both parents. *Ethology and Sociobiology*, 6, 197-210.
- Damashek, A., Williams, N., Sher, K., Peterson, L., Lewis, T., & Schweindler, W. (2005). Risk Minor Childhood Injury: Investigation Maternal & Child Factors. *Journal Pediatric Psychology* 30(6), 469-80.
- De Antoni, C., Barone, L., Irigaray, T., & Koller, S. H. (2002). Coesão e hierarquia no sistema familiar. *I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão* (p.132). São Paulo, SP.
- De Antoni, C., Martins-Teodoro, M., & Helena-Koller, S. (2009). *Univ. Psychol., Bogotá, Colombia*, 8(2), 339-412.
- Deleire, T., & Kalil, A. (2002). Good Things Come in Three: Single – Parent Multigenerational Family Structure and Adolescent Adjustment. *Demography*, Volume 39-Number 2: 393 – 413.
- DiPrete, T.A. & Eirich, G. M. (2006). “Cumulative Advantage as a Mechanism for Inequality: A Review of Theoretical and Empirical Developments”, *Annual Review of Sociology*, 32:271-297.
- Doyle, A. (1998). Hierarchy of Family Structures. *Nature of Human Nature*.
- Dubowitz, H., Black, M.M., Kerr, M.A., Starr, R.H., & Harrington, D. (2000). Fathers and child neglect. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 154, 135-141.
- Duncan, S. C., Duncan, T. E., & Strycker, L. A. (2002). A multilevel analysis of neighborhood context and youth alcohol and drug problems. *Prevention Science*, 3, 125-133.
- English, D. (1998). The extent and consequences of child maltreatment. *The Future of Children: Protecting Children from Abuse and Neglect* 8 (1) Spring. Available:
- Eurostat (2010). *The EU in the world. A statistical portrait*. European Commission.
- Evans, G.W., & English, K. (2002). The environment of poverty: Multiple stressor exposure, psychophysiological stress, and socioemotional adjustment. *Child Development*, 73, 1238-1248.
- Exeter, D., & Boyle, P. (2007). Does young adult suicide cluster geographically in Scotland? *Journal of Epidemiology & Community Health*, 61:731-736.
- Farrington, D. P., & Loeber, R. (2000). Epidemiology of juvenile violence. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 9, 733-748.

- Feerick, M., Bristol – Power, M., & Bynum, D. (2002). The national institute of child health and human development Research parenting: Past, Present and future directions. *In* Borkowski, Ramey & Bristol – Power (Eds.), *Parenting at the child's world: influences on academic, intellectual, and social – emotional development*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers
- Feldman, S. S., & Gehring, T. M. (1988). Changing perceptions of family cohesion and power across adolescence. *Child Development*, 59, 1034-1045.
- Fergus, S., & Zimmerman, M.A. (2005). Adolescent Resilience: A Framework for Understanding *Healthy Development in the Face of Risk*.
- Fox, G., & Benson, M. (2003). Children violent households: risk and protective factors in family and neighborhood Contexts. *Congresso Internacional Violência na Infância e Família*. República Checa.
- Frederick, J., & Goddard, C. (2007). Exploring the Relationship between Poverty, Childhood Adversity and Child Abuse from the Perspective of Adulthood. *Child Abuse Review Vol. 16*: 323-341.
- Garnezy, N., & Masten, A. (1994). Chronic Adversities. *In* M. Rutter, E. Taylor, & L. Herson (Orgs.), *Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 191- 207). Oxford: Blackwell Scientific.
- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. *In* R. J. Haggerty, L. R. Scherrod, N. Garnezy & M. Rutter, (Orgs.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions* 1-18. Cambridge University Press.
- González-Pianda, J., Núñez, J., Álvarez, L., Rocés, C., González-Pumariega, S., González, P., Muñiz, R., Valle, A., Cabanach, R., Rodríguez, S., & Bernardo, A. (2003). *Psicothema*, 15, (3) 471 – 477.
- Guterman, N. (2001). *Before It Starts: Emerging Horizons in Early Home Visitation Services*. Sage: Thousand Oaks, California.
- Hagerty B, Williams R, Oe H. 2002. Childhood antecedents of adult sense of belonging. *Journal of Clinical Psychology* 58: 793–801.
- Hagerty B., & Williams, R. (2002). Childhood antecedents of adult sense of belonging. *Journal of Clinical Psychology* 58: 793–801.
- Hammack, P., Robinson, W., Crawford, I., & Li, S. (2004). Poverty depressed mood among urban African-American adolescents: A family stress perspective. *Journal of Child and Family Studies*, 13, 309–323.
- Harding, D. (2003). Counterfactual models of neighborhood effects: The effect of neighborhood poverty on dropping out and teenage pregnancy. *American Journal of Sociology*, 109, 676–719.
- Hetherington, E. M. (1991). Presidential address: Families, lies, and videotapes. *Journal of Research on Adolescence*, 1, 323-348.



- Hopson, L., & Lee, E. (2011). Mitigating effect family poverty on academic and behavioral outcomes: Role of school climate in middle and high school. *Children and Youth Services Review* 33, 2221-2229.
- Horowitz, F. D. (1992). The concept of risk: A reevaluation. In Friedman, S. L., Sigman, M. D. (Eds.). *The psychological developmental of birthweight children*, 61-88. Norwood: Ablex.
- Hovey & King (1996). Acculturative stress, depression, suicidal ideation among immigrant second-generation Latino adolescents, *Journal Academy of Child Adolescent Psychiatry*, 35 (9), 1183-1192.
- Huebner, C. (2002). Evaluation of a Clinic-Based Parent Education Program to Reduce the Risk of Infant and Toddler Maltreatment. *Public Health Nursing* 19 (5),377-389.
- Hughes, H. M., Graham-Bermann, S. A., & Gruber, G. (2001). Resilience in children exposed to domestic violence. In: S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Orgs). *Handbook of early childhood intervention*. 67-90. Nova York: Cambridge University Press.
- Jones, E. D., & McCurdy, R. (1992). The links between types of maltreatment and demographic characteristics of children. *Child Abuse & Neglect*, 16(2), 201-215.
- Kazdin, A. E., & Whitley, M. K. (2003). Treatment of parental stress to enhance therapeutic change among children referred for aggressive and antisocial behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71, 504-515.
- Kaufman, J., & Zigler, E. (1993). The intergenerational transmission of abuse is overstated. In R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.), *Violence*, 209–221. Newbury Park, CA: Sage.
- Kumpfer, K., & Alvarado R. (2003). Family-strengthening approaches for the prevention of youth problem behaviors. *American Psychologist* 58: 457–465.
- Kuruvilla, A., & Jacob, K.S. (2007). Poverty, social stress & mental health. *Indian J Med Res* 126, 273-78
- Maia, J., & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13, (2), 91 – 103.
- Martineau, S. (1999). Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to “kids at risk”. Tese de Doutorado, The University of British Columbia.
- Martins, P. (2004). Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco - representações sociais, modos e espaços. Dissertação de Doutorado, Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho, Braga
- Mayer, L., & Koller, S. (2001). Percepção de Controlo Sobre o Desempenho Acadêmico de Crianças em Situação de Pobreza. Dissertação de Mestrado
- McLoyd, V. (1998). Socio-economic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 53, 185-204.

- McSherry D. (2004). Which came first, the chicken or the egg? Examining the relationship between child neglect and poverty. *British Journal of Social Work* 34: 727–733.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas e terapias familiares*. Belo Horizonte, MG: Artemed.
- Nunes, F. (2004). Dinâmica de Pobreza e Eficácia do Sistema de Solidariedade e Segurança Social - uma Aplicação a Portugal. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa.
- Olson, D. (2000). Circumplex Model Marital and family systems. *Journal Family Therapy*, 22 (2), 144-67.
- Pinderhughes, E., Dodge, K., Zelli, A., Bate, J., & Pettit, G. (2000). Discipline Responses: Influences of Parent's Socioeconomic Status, Ethnicity, Beliefs About Parenting, Stress, and Cognitive – Emotional Processes. *J Fam Psychol*; 14 (3): 380 – 400.
- Pires, A., & Miyazaki, M. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq. Ciênc Saúde*; 12 (1): 42 – 9.
- Rabello, P., & Júnior, A. (2007). Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. *Revista Saúde Pública*; 41(6): 970 – 8.
- Raikes, H., & Thompson, R. (2005). Efficacy and Social Support as Predictors of Parenting Stress Among Families in Poverty. *Infant Mental Health Journal*, Vol. 26 (3), 177 – 190.
- Relvas, A. P. (2006). *O Ciclo Vital da família* (4ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*, 7-51. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rivera, F., Guarnaccia, P., Mulvaney-Day, N., Lin, J., Torres, M., & Alegria, M. (2008). Family Cohesion and it's Relationship to Psychological Distress among Latino Groups. *Hisp J Behav Sci*. 30(3): 35-378.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rutter, M. (2000). Resilience reconsidered: Conceptual considerations, empirical findings, and policy implications. In J. P. Shonkoff & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (2nd ed., 651–682. New York: Cambridge University Press
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 10, (2), 209 – 216.
- Seth-Purdie, R. (2000). Accumulated adversity and human capital formation: implications for social policy. Paper presented at *Family Futures: Issues in Research and Policy*, 7th Australian Institute of Family Studies Conference, Sydney, 24–26.

- Silburn, S. R., Zubrick, S. R., Garton, A., Gurrin, L., Burton, P., & Dalby, R. (1996). Western Australian Child Health Survey: Family and community health. Perth, Western Australia: *Australian Bureau of Statistics and the TVW Telethon Institute for Child Health Research*.
- Simões, C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia.
- Simons, R. L., Murry, V., McLoyd, V., Lin, K., Cutrona, C., & Conger, R. D. (2002). Discrimination, crime, ethnic identity, and parenting as correlates of depressive symptoms among African American children: A multi-level analysis. *Development and Psychopathology*, 14, 371–393.
- Sternberg, P. (2000) 'Challenging Machismo: Promoting Sexual and Reproductive Health with Nicaraguan Men', *Gender and Development* 8 (1) 89-99.
- Teixeira, M. (2008). Risco e Resiliência em Adolescentes Oriundos de Contextos Económicos Extremos. Dissertação de Mestrado, Faculdade de psicologia e ciências da educação da universidade de Lisboa.
- Thomas, P. (2005). Ending Child Poverty & Securing Child Rights: Role Social Protection. *Briefing Paper*.
- Vega, W., Kolody, B. Valle, JR. (1986). The relationship of marital status, confidant support, and depression among Mexican immigrant women. *Journal of Marriage and the Family*. 48, 597–605.
- Vidović, V., Jureša, V., Begovac, I., Mahnik, M., & Tocilj, G. (2005). Perceived Family Cohesion, Adaptability and Communication in Eating Disorders. *European Eating Disorders Review*, 13, 19-28.
- Wadsworth, M. E., & Achenbach, T. M. (2005). Explaining the link between low socioeconomic strata and psychopathology: Testing two mechanisms of the social causation hypothesis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*.
- Wadsworth, M. E., & Compas, B. E. (2002). Coping with economic strain and family conflict: The adolescent perspective. *Journal of Research on Adolescence*, 12, 243–274
- Wadsworth, M., Raviv, T., Reinhard, C., Wolff, B., Santiago, C., & Einhorn, L. (2008). An Indirect
- Wagner, A., Ribeiro, L., Arteche, A., & Bornholdt, E., (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol.12 n.1.
- Wood, B., & Talmon, M. (1983). Family boundaries in transition: A search for alternatives. *Family Process*, 22, 347-357.
- Yunes, M. A. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.
- Zimmerman, M., & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: Implications for schools and policy. *Social Policy Report*. 7(4), 1-17.